

Discurso da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no IV Encontro Nacional de atenção à Saúde do Servidor (ENASS)

Brasília, 24 de outubro de 2012

É com alegria que participo deste Quarto Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor, em um momento de grande importância para a administração pública federal.

Nos últimos 10 anos, acompanhamos uma mudança de paradigma na gestão dos recursos humanos no serviço público federal, com a reestruturação de carreiras e a recuperação das remunerações.

Todos aqui acompanhamos o empenho iniciado no governo do Presidente Lula e a continuidade no governo da Presidenta Dilma para valorizar os servidores públicos federais.

As ações permitiram com que, hoje, tenhamos praticamente todas as carreiras reestruturadas.

Encaminhamos em agosto para o Congresso o projeto de lei que altera a carreira dos docentes das universidades federais, resultado de uma extensiva negociação e da concretização de um desejo da Presidenta Dilma em deixar clara sua prioridade com a educação.

Na mesma época, concluímos a negociação que manterá o poder de compra dos salários até 2015 para mais de 93% dos servidores federais.

Foi talvez a maior negociação salarial do mundo, pautada pelo diálogo permanente entre o Executivo e as entidades representativas dos servidores.

Creio que ambos os lados saíram vitoriosos desse processo, que assegurou previsibilidade para todos em um cenário externo ainda muito instável.

Agora, chegou a hora de consolidar as ações que, desde 2009, desenvolvemos na atenção à saúde do servidor.

O Ministério do Planejamento trabalha para que os servidores federais estejam satisfeitos no cumprimento do seu papel na construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, cientes que seu objetivo é a prestação de serviços públicos de qualidade.

Logicamente, para isso não basta apenas a remuneração.

É preciso que os servidores vejam o seu trabalho como uma possibilidade de crescimento pessoal e profissional. Ou seja, é necessário também assegurar aos servidores as condições adequadas para o exercício das suas funções e para a manutenção do seu bem-estar.

Para ilustrar as ações do governo na atenção à saúde do servidor, vale a pena destacar que, nos últimos anos, houve uma redução acentuada nos casos de aposentadoria por invalidez. Saímos de 2.588 aposentadorias por invalidez em 2002 para 748 em 2011.

Mais do que números, estamos falando de vidas, de pessoas com capacidade laboral.

Nos últimos anos, conseguimos uniformizar o acesso ao benefício da saúde suplementar. Com isso, saímos de 520 mil beneficiários em 2008 para 1 milhão e 137 mil hoje.

Agora, com a Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho, nosso objetivo é implantar uma política baseada na equidade e na universalidade de direitos e benefícios, na uniformização de procedimentos, na otimização de recursos e na implementação de medidas que produzam impacto positivo na saúde dos servidores públicos federais e, por consequência, no trabalho e no bem-estar das pessoas.

A inexistência de um sistema de informações que notificasse dados da saúde do servidor – licenças médicas, exames admissionais, acidentes de trabalho, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais – impossibilitava, por exemplo, a construção do perfil de adoecimento e dificultava o real dimensionamento das questões relacionadas à saúde do servidor.

A análise dessas informações ajudará em muito o trabalho dos 350 servidores que, ao final deste evento, estarão formados e capacitados a promover ações específicas para a qualidade de vida no trabalho, após curso em parceria com a Universidade de Brasília.

Também serão úteis para os 200 médicos e dentistas que, até o ano que vem, serão habilitados em curso de perícia oficial em saúde, curso promovido em parceria com a Unilins, de São Paulo.

Desde 2009, quando criamos o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), avançamos muito nesta área, a ponto de consolidarmos agora, na forma de um decreto que estamos encaminhando para a Presidenta Dilma, a Política de Atenção a Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal.

Essa política está sustentada por conceitos, princípios e diretrizes para orientar as ações em saúde e segurança.

Ela está sustentada por uma sólida base legal; um sistema integrado de informações em saúde; um projeto de formação de servidores; recursos orçamentários específicos; e uma rede de unidades de atendimento aos servidores.

Quatro grandes eixos vão nortear as ações:

- promoção à saúde,
- perícia em saúde,
- vigilância à saúde e aos ambientes e processos de trabalho, e
- assistência com acolhimento, o que possibilitará a gestão com base em informação epidemiológica.

Por meio dessas iniciativas, pretendemos consolidar uma política transversal e estruturante na área de gestão de pessoas, envolvendo os diferentes órgãos da administração pública federal nas diretrizes centrais, mas com pactuação e implantação desconcentrada nos estados e no Distrito Federal.

Essa política deverá otimizar recursos humanos, materiais e financeiros ao oferecer serviços para diversos órgãos.

Possibilitará a uniformização, a padronização de procedimentos e a produção de conhecimentos e práticas.

Esse é um projeto que se desenvolve coletivamente, debatendo, reconhecendo conhecimentos e envolvendo os seus atores.

Este é o nosso jeito de construir.

Com mais qualidade, com mais envolvimento, com mais resultado, a política de saúde do servidor será um claro exemplo de que podemos fazer mais e melhor com menos.

Convido todos a se engajar nesta importante iniciativa.

Muito obrigada.